



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE O OBJETO

Ana Cláudia Souza Vortman¹ (UEG)
Railson Soares Cardoso² (UEG)
Maria Eneida da Silva³ (UEG/UnB)

GT 06 – DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

A discussão proposta neste artigo faz parte da pesquisa intitulada “A formação de professores para a diversidade sexual no ensino médio: limites e perspectivas do trabalho docente”, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência de Gestão da Educação Superior: presentificando a interdisciplinaridade. A pesquisa está vinculada ao Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade – GEFOPi e ao Grupo de Pesquisa em Educação, Gestão e Cultura Regional – GEGC, tendo como objetivo investigar os limites e perspectivas da formação de professores para lidarem com a diversidade sexual na escola e também abordar sobre a importância do preparo do docente para o trabalho com o tema em sala. O aporte teórico conta com Foucault (1998) sobre a construção histórica da sexualidade; Freire (2001) sobre os direitos e deveres do cidadão; Burbules (2003), a importância das diferenças; Louro (1997) que discute a sexualidade no ambiente escolar; Dias (2000), Simões e Facchini (2009) sobre as relações e comportamentos; Jesus (2012) definindo os termos inclusivos; Freire (1996), Curado Silva (2008; 2011) e Saviani (2005) com a formação de professores; e documentos legais como a LDB, as DCN, a BNCC, dentre outras legislações. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, bibliográfica e documental para compor o *corpus* teórico e estudo de caso de uma escola pública de Luziânia, com entrevistas semiestruturadas com corpo gestor e docente para o *corpus* empírico. Visto que a pesquisa está em andamento, o objetivo deste artigo é socializar os resultados parciais da investigação teórica e documental, destacando como resultados alguns discursos que apontam para a discriminação, o silenciamento e a timidez dos debates escolares quando da diversidade sexual. Isso parece favorecer a perpetuação da naturalização das posturas preconceituosas, ambiência que promove a desigualdade e a hierarquização de um modelo/padrão heteronormativo masculinizado.

Palavras-chave: Formação de professores. Diversidade sexual. Ensino médio. GEFOPi. GEGC.

¹ Pós-graduanda em Docência e Gestão da Educação Superior: presentificando a interdisciplinaridade, do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). claudia.vort@gmail.com

² Pós-graduado em Docência e Gestão da Educação Superior: presentificando a interdisciplinaridade do Câmpus Luziânia da UEG. raise_sagitarius@yahoo.com.br

³ Profa. Ma em Educação, Linguagem e Tecnologias (UEG) e doutoranda em Educação (UnB). Docente do Câmpus Luziânia da UEG. eneida.silva@ueg.br



INTRODUÇÃO

A diversidade sexual trata as diversas formas de manifestação da sexualidade humana. É a partir deste entendimento que procuramos compreender as concepções acerca deste fenômeno sociocultural, entendido como uma construção histórica. Este fenômeno é influenciado pela ideologia de alguns segmentos políticos, religiosos e econômicos dominantes, valorizando uma única forma de vivenciar a sexualidade – a heterossexual – tornando suas diferenças ilícitas, erradas e ou inexistentes a qualquer outra maneira de se vivenciar as sexualidades.

É necessário entender as discussões de gênero a partir das performances e papéis estabelecidos socialmente; a partir do sexo biológico, bem como das desigualdades sociais, políticas e econômicas naturalizadas nos discursos de construção do sujeito sexual. O preconceito em torno das orientações sexuais existentes na sociedade, na escola e na família, pautado na normatização e naturalização da orientação heterossexual, eminentes nos discursos escolares, religiosos e políticos que devem ser combatidos.

Desta forma faz-se necessária a formação de docentes pautada pelo critério epistemológico quanto à diversidade sexual, a qual está presente nas instâncias de construção do conhecimento científico, compreendendo as relações de dominação e os aparelhos e dispositivos que naturalizam o preconceito e as desigualdades a partir do sexo biológico. Assim sendo, o currículo dos cursos de licenciatura precisam abordar a diversidade sexual de forma sistêmica e despida de preconceitos, pois o currículo é capaz de transformar os indivíduos a partir de seus conhecimentos.

Sendo assim, é necessário que o currículo dos cursos de licenciatura estejam preparados para lidar com as questões referentes à diversidade sexual, a fim de formar profissionais capazes de diminuir os preconceitos existentes para com as diversas formas de se viver a sexualidade, bem como, desconstruir os discursos naturalizadores que cultivam as desigualdades existentes a partir da normatização da sexualidade. Destarte, Cardoso (2014, p. 10) afirma que

garantir as discussões sobre a formação de professores para lidar com o trato das questões da diversidade sexual, a partir dos cursos de formação inicial, a graduação, nos permite conhecer a construção dos currículos e conteúdos



priorizados na formação docente, de forma que poderemos constatar, com relação à diversidade sexual, um diálogo tímido e sutil ou até mesmo totalmente silenciado e oculto dentro da grade curricular. Uma vez que devemos combater o preconceito e a discriminação, como é possível realizar-se um trabalho de conscientização e reflexão sobre a diversidade sexual, sendo que, os principais agentes da transformação de pensamentos na sociedade, estão e são levados por uma concepção preconceituosa e discriminatória?[...] Percebemos que a escola não sabe ou não quer lidar com as questões das diversidades sexuais existentes na sociedade e no espaço escolar, e as próprias Universidades, que por muitas vezes promovem discursos de fomento à liberdade em suas mais variadas expressões, parece em diversas ocasiões se silenciar quando se fomenta o debate em torno da diversidade sexual.

A escola reproduz discursos religiosos que dificultam a discussão da diversidade sexual. Esse ambiente em nada contribui para a diminuição da homofobia existente na sociedade e no próprio espaço escolar. Recentemente, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação – PNE – foi impedida por conta de um parágrafo que defende uma escola livre de preconceitos, onde os professores lecionem sobre as diversidades sexuais e discussões sobre gênero.

Tais implicações parecem ir contra a função transformadora do pensamento, dos direitos humanos e éticos na construção da sociedade. Desde a formação inicial docente dentro das universidades até sua atuação em sala de aula, percebe-se, na maioria das ocasiões, uma negativa ao se tratar a diversidade sexual. Sendo assim, pretende-se analisar, se na academia contemporânea os professores são formados para trabalhar com a diversidade sexual e de que maneira essa formação acontece.

DIVERSIDADE SEXUAL: SEXUALIDADE, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

A sociedade está repleta de diversidades; nela se misturam diversos tipos de pessoas, de culturas, de conceitos. É necessário entender e principalmente respeitar essa ampla realidade em que estamos todos inseridos, tendo como base o artigo 3º, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil que define como um dos objetivos fundamentais do país “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 15).



É preciso que se desenvolva uma cultura de valorização da diversidade, para que se exerça desde cedo a função social e que possibilite a compreensão das semelhanças entre os seres humanos e a diversidade existente em cada um deles

Freire (2001) afirma que não há sujeito melhor para trabalhar a inclusão do que o oprimido/excluído, pois ele tem a vivência da opressão, carrega nos ombros o peso de ser diferente e será o maior beneficiado da luta a favor da inclusão. O autor reforça seu pensamento ao pontuar que

[...] quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível da sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação à qual não chegaram pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2001, p. 31).

E ainda de acordo com Freire (1996), a escola precisa se adaptar a essas mudanças, a essa realidade social, aceitar e estabelecer essa convivência com a diversidade. Em 2009, uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação à FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) concluiu que as principais vítimas de *bullying* e discriminação no ambiente escolar eram homossexuais, negros e pobres. Sendo que o percentual de diretores que viu, ou soube de episódios na escola de alunos humilhados por serem homossexuais, foi de 40%; por serem negros, 29%; e por serem pobres, 21%. Esses dados mostram a importância do respeito à diversidade ser um dos principais elementos para ser trabalhado na escola.

Juntamente com a incompreensão do que é a diversidade sexual, o termo sexualidade é abrangente e difícil de ser compreendido em uma única definição específica, podendo variar o entendimento de pessoa para pessoa. Conseqüentemente, o termo passa a ser muito relativo, podendo ser uma concepção de descoberta do corpo; forma que o indivíduo se relaciona com outros; e até mesmo ligação a questões culturais.

Para compreender a definição de identidade de gênero e orientação sexual, por exemplo, que são terminologias vinculadas à diversidade sexual e à sexualidade, é fundamental entender que gênero é a construção social do sexo, explicado como uma caracterização anatômica e fisiológica dos seres humanos e que as categorias de gênero são hierarquizadas, binárias e relacionais. Gênero é uma categoria de análise social e, assim como



a sexualidade, é concebida como uma produção da cultura. Também é o que acontece como as categorias homossexual e heterossexual. No entanto, ao mesmo tempo em que se produz a heterossexualidade, se rejeita a homossexualidade (LOURO, 2013b).

Nossa cultura define a diferença sexual (ter vagina ou pênis) como sendo a base da identidade de gênero. Essas diferenças anatômicas entre os sexos são usadas como base para dividir o mundo entre mulheres e homens. São usadas também para definir quem deve se sentir na categoria feminina ou masculina. Durante nossa vida, vai sendo construída uma percepção subjetiva de ser masculino ou feminina, conforme os atributos biológicos, comportamentais e os papéis convencionalmente estabelecidos para as mulheres e para os homens.

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais, pois os seres humanos só se constroem como tal na relação com os outros. Saffioti (1992) considera que não se trata apenas de entendimento de corpos e sim da totalidade da junção do corpo, intelecto, emoção, caráter e a história das suas relações sociais. Diferentes orientações sexuais são também produtos da cultura e apresentam uma história.

A sexualidade não heterossexual, as identidades de gênero e identidades sexuais também são produtos do processo histórico que significa o modo de viver a sexualidade. A ideia de orientação sexual deve ser vista como forma a admitir a sua diversidade na vida das pessoas. De acordo com Sousa Filho (2009) as orientações sexuais constituem sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de um indivíduo de muitas maneiras, sem que sejam fixas e inevitáveis, porque “comportamento e identidade são componentes da orientação sexual que não caminham necessariamente na mesma direção” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 31).

Relações entre comportamento, desejo e o modo como as pessoas se percebem também são fruto das convenções e constrangimentos sociais. É muito importante destacar que falar de orientação sexual não está ligado às escolhas feitas pelo indivíduo, pois não cabe a uma dimensão racional. Biologicamente falando, a identidade de gênero é como o indivíduo pensa a respeito de si, como ele se sente relacionado aos seus pensamentos, comportamentos e desejos e a orientação sexual é como o indivíduo se relaciona; como se sente atraído



fisicamente e emocionalmente. Enfim, diz respeito a quem (ou o que) a sua sexualidade está orientada.

ORIENTAÇÃO SEXUAL: COMPREENDENDO ALGUNS CONCEITOS

A orientação sexual remete aos sentimentos, sejam sexuais ou emocionais que envolvem as relações sexuais, como: heterossexual, homossexual ou bissexual. Entende-se a heterossexualidade como o estabelecimento de relações entre pessoas do sexo ou gênero oposto. A homossexualidade é entendida a partir das relações entre pessoas do mesmo sexo ou gênero. E finalmente, a bissexualidade, ou seja, relações com ambos os sexos e gêneros opostos ou iguais.

No entanto, é comum falar sobre diversidade sexual apenas para diferenciar qualquer forma de se exercer a sexualidade que não seja a heterossexual. Além disso, os discursos reproduzidos socialmente reconhecem apenas a heterossexualidade como a única forma de se viver a sexualidade e, portanto, é urgente reafirmarmos que a diversidade sexual está intimamente ligada à orientação sexual e não apenas a heterossexualidade, homossexualidade ou a bissexualidade. A partir disso, compreende-se que

[...] a orientação sexual é o sentimento de atração que temos por uma ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo como no sexual. É como um turbilhão que envolve fantasias e paixões, indicando o tipo de pessoa que nos atrai. Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos. Serão, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Esse interesse pelo/a outro/a pode desencadear afetos (amor, amizade, carinho), mas pode limitar-se ao contato corporal. Como, no entanto, nos é ensinado em nossa cultura, sobretudo pelas religiões, que o desejo sexual não deve existir desvinculado de algo “maior”, reprimimos aqueles sentimentos que julgamos não estarem de acordo com esse destino elevado (apaixonar-se, casar-se, ter filhos). (JESUS, 2012, p. 36).

A orientação heterossexual nos é imposta como correta e ideal desde o nascimento, vinculada a um objetivo “maior”: a reprodução e a construção de uma família. Seria interessante refletirmos sobre os interesses por trás dessa construção tida como ideal: família, pai, mãe, filhos.



Partindo do pressuposto de Foucault (1998,p. 28-29) quando este afirma que a partir do século XVIII, surge a população como problema político e econômico e

no cerne deste problema econômico e político da população, o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis [...] tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada.

Identificamos no trecho citado, o interesse do Estado em controlar as relações sexuais com fins econômicos e, assim, podemos compreender uma orientação sexual tida como padrão ideal e disseminada pela classe dominante. Outro fator não menos importante é o fato de que, no século XVIII, o comércio capitalista começa a se espalhar pela sociedade ocidental e isto nos leva a refletir sobre os reais interesses do Estado e da Igreja com relação à solidificação do modelo de relação sexual: o familiar com fins reprodutivos.

Dessa forma, de acordo com Sousa Filho (2009), é necessário refletir sobre o discurso da orientação sexual, uma vez que o fato do reconhecimento da orientação sexual possa cair no discurso a normalidade e a naturalização das relações sexuais, levando ao esvaziamento da discussão sobre a temática, impossibilitando o reconhecimento dos direitos civis e humanos dos indivíduos que fogem à norma heterossexual. Assim, além de discutirmos os avanços dos debates em torno da diversidade sexual, a naturalização do “incomum” poderá se tornar mais um padrão normatizante das relações sexuais, ou seja, uma mutação do padrão heteronormativo, mantendo assim, a hierarquia das relações sexuais.

Procuramos explicitar como são construídos e entendidos os conceitos de sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual uma vez que estes compõem as discussões acerca da diversidade sexual que sempre esteve presente na sociedade. Contudo, devido a interesses de um determinado grupo vem sendo, por meio do discurso e de outros dispositivos, manipulada de forma a naturalizar as desigualdades entre as diferentes formas de se viver a sexualidade, a fim de garantir a soberania da heterossexualidade e afirmar a inexistência das outras formas de se viver a sexualidade.



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE SEXUAL

A escola é o primeiro lugar em que as crianças começam a ter contato com culturas diferentes das suas e é nesse ambiente que começam as descobertas; é onde o indivíduo começa a se questionar sobre suas escolhas, exatamente na idade onde se inicia a descoberta e os primeiros contatos com o sexo. O professor se depara com essas dúvidas e questionamentos dos alunos diariamente e, na maioria dos casos, não tem preparo para trabalhar de forma correta o tema.

Para conter a sexualidade dos sujeitos, as escolas têm sido “[...] um local de ocultamento”, ao mesmo tempo em que se empregam estratégias para adiar o interesse dos alunos sobre esse assunto (LOURO, 2013b, p. 31). Os professores têm um papel de mediação do tema, mas alguns preferem mudar de assunto e postergar ao máximo possível o debate em sala de aula, talvez por falta de preparo ou por não se sentirem à vontade em debater a diversidade sexual.

Normalmente, a abordagem do tema fica direcionado apenas aos professores da área de ciências biológicas, pois é nesse campo que está presente o estudo do corpo. Louro (2013b) ainda considera que a escola pratica uma pedagogia da sexualidade, sutil, discreta, contínua e duradoura, que visa o disciplinamento dos corpos, produzindo uma escolarização do corpo. Ainda o autor, as crianças aprendem desde cedo, “[...] piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem” (p. 28), e quando esses episódios acontecem em sala de aula, a maioria dos professores não está preparada para gerar um debate construtivo acerca do tema.

A diversidade sexual é um tema cada vez mais em evidência, por isso precisa ser discutido nas escolas. Quanto a isso, Louro (2013b, p. 52-53) afirma que é necessário que as escolas comecem a trabalhar de forma mais efetiva nessa abordagem e

talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um “problema” e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e



margens em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder.

Diante disso, maior se torna o papel do professor no que tange à responsabilidade da discussão e da desconstrução dos discursos consolidados ao longo dos anos e normatizado por institutos que lidam diretamente com a sociedade, como escolas, igrejas etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de Michel Foucault (1998) compreendemos que o ensino sexual se preocupa com um ensino de regras e prudências sobre a sexualidade individual, sobre os desejos os prazeres, sobre o ato e sobre o pensar no sexo. Sendo assim, é neste sentido do que pode ou não, do que é correto ou errado, do puro e do pecado, que as escolas vêm construindo e afirmando a função do sexo, de forma a interiorizar essa verdade como absoluta e única, levando os indivíduos a exercerem seu papel e função conforme a regra, a partir da função do seu sexo biológico.

Tal cenário, de desconhecimento e generalização, está presente nos discursos dos professores em sua formação inicial e ainda após essa formação, na atuação nas escolas e universidades, quando mostram imprecisão na conceituação de diversidade sexual, gênero e orientação sexual. Fica clara, a significativa confusão epistemológica, derivada de ações que estimulem estudos na área de diversidade sexual.

Notamos uma formação docente deficitária, tendo em vista que a graduação não oferece contribuições pertinentes ao futuro exercício docente. A ausência de reflexões epistemológicas, teóricas e metodológicas reproduz um cenário de despreparo com relação ao tratamento da diversidade sexual no cotidiano escolar.

Os estudos já consolidados apontam para a discricção, o silenciamento e a timidez dos debates escolares quando da diversidade sexual. Tal postura parece favorecer a perpetuação da naturalização das posturas preconceituosas, ambiência que promove a desigualdade e a hierarquização de um modelo/padrão heteronormativo masculinizado.

REFERÊNCIAS

BARBULES, Nicholas C. **Uma gramática da diferença:** algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, R L.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARDOSO, Railson Soares. **O SILÊNCIO DO DISCURSO OCULTO: A DIVERSIDADE SEXUAL E SUA APLICABILIDADE NA FORMAÇÃO CURRICULAR DOCENTE**. Universidade Estadual de Goiás, 2014.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Cordeiro Pinheiro. (2008). **Professores com formação stricto sensu e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de goiânia: realidade, entraves e possibilidades**. Tese. Goiânia: UFG. Disponível em: <https://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese_Katia_Augusta_Cordeiro.pdf>. Acesso em 10 fev 2017.

_____. A Formação de Professores na Perspectiva Crítico-Emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, 2011, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. 13º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

_____. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu. Abramo, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Orientação sexual: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. Medos, mitos e castigos**. 2009 Disponível em: < <http://www.ucb.br>>. Acesso em: 05/05/2014.